



# DIÁRIO DO LEGISLATIVO

Atos e comunicações internas da Câmara Municipal de Campo Grande-MS

ANO III - Nº 691 - quarta-feira, 22 de abril de 2020

12 Páginas

COORDENADORIA DE APOIO LEGISLATIVO

PROJETOS DE LEI

PAUTA

**PAUTA PARA A 21ª SESSÃO ORDINÁRIA,  
DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA,  
DA 10ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE  
NO DIA 23/04/2020 - QUINTA-FEIRA  
ÀS 09 HORAS**

**ORDEM DO DIA**

**EM ÚNICA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO**

<b>VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI n. 8.868/18</b> - QUORUM PARA MANUTENÇÃO: MAIORIA SIMPLES (METADE +1 DOS PRESENTES) - QUORUM PARA REJEIÇÃO: MAIORIA ABSOLUTA (15 VOTOS)	<b>DISPÕE SOBRE A PRESENÇA DA BANDEIRA DE CAMPO GRANDE E DA BANDEIRA DO BRASIL E SOBRE A ENTOAÇÃO DO HINO NACIONAL BRASILEIRO E DO HINO A CAMPO GRANDE NAS ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO E ESCOLAS PRIVADAS DO MUNICÍPIO DE CAMPO GRANDE.</b> <b>AUTORIA: VEREADORES WILLIAM MAKSOUD, DR. CURY, JOÃO CÉSAR MATTOGROSSO, ODILON DE OLIVEIRA, BETINHO, JÚNIOR LONGO E ANDRÉ SALINEIRO.</b>
---	---

**EM SEGUNDA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO**

<b>PROJETO DE LEI N. 9.567/19</b> - QUORUM PARA APROVAÇÃO: MAIORIA SIMPLES (METADE + 1 DOS PRESENTES) - TIPO DE VOTAÇÃO: SIMBÓLICA	<b>DISPÕE SOBRE A DISPONIBILIZAÇÃO DE "GUARDA-VOLUMES" NAS AGÊNCIAS BANCÁRIAS SITUADAS NO MUNICÍPIO DE CAMPO GRANDE/MS.</b> <b>AUTORIA: VEREADOR DR. LÍVIO.</b>
<b>PROJETO DE LEI N. 9.606/19</b> - QUORUM PARA APROVAÇÃO: MAIORIA QUALIFICADA: 2/3 (DOIS TERÇOS) - TIPO DE VOTAÇÃO: NOMINAL	<b>DENOMINA DE PROFESSOR ARI FERNANDO BITTAR, O GINÁSIO POLIESPORTIVO DO PARQUE AYRTON SENNA, LOCALIZADO NO BAIRRO AERO RANCHO NESTA CAPITAL.</b> <b>AUTORIA: VEREADORES VETERINÁRIO FRANCISCO E PROF. JOÃO ROCHA.</b>

**EM PRIMEIRA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO**

<b>PROJETO DE LEI N. 9.638/19</b> - QUORUM PARA APROVAÇÃO: MAIORIA SIMPLES (METADE + 1 DOS PRESENTES) - TIPO DE VOTAÇÃO: SIMBÓLICA	<b>REVOGA A LEI N. 3.986, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2.002, QUE DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA MUNICIPAL A ASSOCIAÇÃO DOS COLABORADORES DO HOSPITAL REGIONAL DE MATO GROSSO DO SUL - ASC/HRMS.</b> <b>AUTORIA: VEREADORES PROF. JOÃO ROCHA E CARLÃO</b>
--	--

Campo Grande-MS, 16 de abril de 2020.

**PROF. JOÃO ROCHA**  
Presidente

**AVISO DE RECEBIMENTO DO PROJETO DE LEI n. 9.740/20**

DE ACORDO COM O ART. 194, INCISO I, ALÍNEA "A", DA RESOLUÇÃO n. 1.109, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009 QUE APROVA O REGIMENTO INTERNO DA CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO GRANDE-MS, COMUNICAMOS AOS INTERESSADOS QUE FOI PROTOCOLIZADA NESTA CASA EM DATA DE 15/04/2020, SOB O n. 11034/2020, A MENSAGEM n. 32, DE 15/04/2020, DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL, ENCAMINHANDO O PROJETO DE LEI n. 12, DE 15/04/2019, QUE RECEBEU NESTE PODER LEGISLATIVO O n. 9.740/20 QUE **DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA DO MUNICÍPIO DE CAMPO GRANDE, PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2021, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

CAMPO GRANDE-MS, 16 DE ABRIL DE 2020.

**PROF. JOÃO ROCHA**  
Presidente

**PROJETO DE LEI Nº 9.741/2020**

**FICA INSTITUÍDO O RECONHECIMENTO A ATIVIDADE RELIGIOSA COMO ESSENCIAL PARA POPULAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CAMPO GRANDE EM TEMPOS DE CRISES OCASIONADAS POR MOLÉSTIAS CONTAGIOSAS OU CATÁSTOFES NATURAIS.**

**A Câmara Municipal de Campo Grande-MS,**

**A p r o v a:**

**Art. 1º** O Município de Campo Grande reconhece as atividades religiosas realizadas nos seus respectivos templos, e fora deles, como atividade essencial a ser mantida em tempos de crise oriundas de moléstias contagiosas ou catástrofes naturais.

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Grande - MS, 15 de abril de 2020.

**VEREADOR PAPY**  
**SOLIDARIEDADE**

## VEREADORES DA CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO GRANDE

### MESA DIRETORA

**Presidente** Prof. João Rocha

**Vice-Presidente** Cazuza

**2º Vice-Presidente** Eduardo Romero

**3º Vice-Presidente** Ademir Santana

**1º Secretário** Carlão

**2º Secretário** Gilmar da Cruz

**3º Secretário** Papy

- André Salineiro
- Ayrton Araújo
- Betinho
- Chiquinho Telles
- Delegado Wellington
- Dharleng Campos
- Dr. Antônio Cruz
- Dr. Cury

- Dr. Lívio
- Dr. Loester
- Dr. Wilson Sami
- Enfermeira Cida Amaral
- Fritz
- João César Mattogrosso
- Junior Longo
- Odilon de Oliveira

- Otávio Trad
- Pastor Jeremias Flores
- Valdir Gomes
- Veterinário Francisco
- Vinicius Siqueira
- William Maksoud

## JUSTIFICATIVA

Como podemos observar com a pandemia em curso do COVID 19, a ocorrência de surtos epidêmicos e catástrofes naturais tem sido uma triste realidade em nosso planeta. Atualmente, países de todo mundo vivem sob pânico, por conta do avanço do coronavírus, microrganismo responsável por causar uma doença infectocontagiosa que acomete o sistema respiratório da vítima, podendo leva-la a morte.

Em decorrência do contágio de tal doença se dar de forma muito fácil e rápida, diversos Estados do País têm utilizado o isolamento total social, consubstanciado na permanência dos cidadãos em suas casas, bem como o fechamento da maioria dos órgãos públicos, comércio e serviços em geral, mantendo-se apenas atividades consideradas essenciais ao ser humano, as quais não contempladas a atividade religiosa.

Contudo, a atividade religiosa, garantida pela Constituição Federal, é essencial, pois como sabemos, a fé exerce papel fundamental como fator de equilíbrio psicoemocional à população. Sua função tem papel indiscutivelmente relevante no atendimento e promoção da dignidade da pessoa humana, princípio de direito fundamental do ser humano.

Além do que, o reconhecimento do direito da assistência religiosa como atividade essencial tem como base os tratados internacionais ratificados pelo Brasil, bem como por nossa Constituição Federal.

Assim, diante o exposto, conto com o apoio dos Nobres Pares para aprovação do presente projeto de lei.

Sala das Sessões, 15 de abril de 2020.

**VEREADOR PAPY  
SOLIDARIEDADE**

## PROJETO DE LEI n. 9.738/20

**"DISPÕE SOBRE A  
AUTORIZAÇÃO DE USO E  
AQUISIÇÃO DE VANT´S  
(VEÍCULOS AÉREOS  
NÃO TRIPULADOS),  
CONHECIDOS  
COMO DRONES, NO  
MUNICÍPIO DE CAMPO  
GRANDE E DÁ OUTRAS  
PROVIDÊNCIAS".**

**A Câmara Municipal de Campo Grande-MS,**

**A p r o v a:**

Art. 1º Fica autorizado o Poder Executivo em adquirir Veículos Aéreos Não Tripulados (VANT´S), conhecidos como "Drones", para desenvolver ações de combate à Dengue e demais doenças transmissíveis pelo mosquito Aedes Aegypti, captando imagens aéreas de imóveis, cuja inspeção não possa ser realizada de forma usual.

Art. 2º. A autorização constante no caput do art. 1º, fica condicionada à observância das regras da:

- I- ANAC (Agência Nacional de Aviação Civil);
- II- ANATEL (Agência Nacional de Telecomunicações);
- III- DECEA (Departamento de Controle do Espaço Aéreo).

Art. 3º. Após a localização dos criadouros do mosquito Aedes Aegypti pelos "drones", o proprietário do imóvel será identificado e intimado para tomar as providências necessárias para eliminar o foco da reprodução.

Art. 4º. Se houver negativa e/ou omissão do proprietário do imóvel em sanar as irregularidades apontadas pelo órgão fiscalizador, será aplicada a sanção cabível.

Art. 5º. O Poder Executivo poderá definir e editar normas complementares, necessárias à execução desta Lei, inclusive prevendo outra utilização para os "drones" nos períodos em que não há proliferação do mosquito Aedes Aegypti.

Art. 6º. As despesas decorrentes da execução desta Lei, correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 7º O Poder Executivo regulamentará a presente lei no que couber.

Art. 8º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Campo Grande (MS), 14 de Abril de 2020.

**JOÃO CÉSAR MATTOGROSSO  
Vereador (PSDB)**

## JUSTIFICATIVA

O presente projeto de lei tem por finalidade acompanhar a tecnologia em ações de combate à dengue, zika, chikungunya, dentre outros, que atualmente ganha novo impulso com utilização de "drones," necessário à captação de imagens aéreas de imóveis cuja inspeção, em muitos casos, tem sido dificultada ou impossibilitada quando a visita dos agentes de saúde, em razão dos imóveis estarem fechados, desocupados, ou mesmo abandonados, mas sem acesso da entrada, sem falar na dificuldade de verificar as caixas d'água se estão tampadas ou não, bem como na dificuldade de verificar se há calhas entupidadas, dentre outras situações.

Vários municípios já adotaram esta prática, a exemplo das cidades de São Paulo (SP), Santos (SP), Ribeirão Preto (SP), Araguaína (TO) e outras mais.

Ante o comprovado sucesso da utilização dos "drones" no combate aos focos de proliferação no mosquito Aedes Aegypti, que contribuem de forma significativa com o trabalho dos agentes de saúde, reduzindo drasticamente os criadouros do mosquito, por si só, justificam a propositura deste Projeto de Lei.

Dentre outras legislações aplicáveis ao caso, verifica-se a competência da Câmara Municipal para legislar sobre o tema, dos quais destacamos:

Art. 30. Compete aos Municípios:

I - legislar sobre assuntos de interesse local; (Constituição Federal)

Art. 22. Cabe a Câmara Municipal, com a sanção do Prefeito, não exigida esta para o especificado no art. 23, dispor sobre todas as matérias de competência do Município e especialmente: (...)

XIV - organização e estrutura básica dos serviços públicos municipais; (Lei Orgânica do Município de Campo Grande).

E como a referida matéria em tela não está no rol de atribuições privativas constantes na Lei Orgânica do Município, fica evidente a constitucionalidade desta iniciativa, conquanto ainda há decisões do Supremo Tribunal Federal neste sentido:

Ação direta de inconstitucionalidade estadual. Lei 5.616/2013, do Município do Rio de Janeiro. Instalação de câmeras de monitoramento em escolas e cercanias. Inconstitucionalidade formal. Vício de iniciativa. Competência privativa do Poder Executivo municipal. Não ocorrência. Não usurpa a competência privativa do chefe do Poder Executivo lei que, embora crie despesa para a administração pública, não trata da sua estrutura ou da atribuição de seus órgãos nem do regime jurídico de servidores públicos. Repercussão geral reconhecida com reafirmação da jurisprudência desta Corte. [ARE 878.911 RG, rel. min. Gilmar Mendes, j. 29-9-2016, P, DJE de 11-10-2016, Tema 917.]

O fato do presente projeto prever despesas para sua implementação, não impede sua propositura pela Câmara de Vereadores, conforme entendimento consolidado do STF:

Não procede a alegação de que qualquer projeto de lei que crie despesa só poderá ser proposto pelo chefe do Executivo. As hipóteses de limitação da iniciativa parlamentar estão previstas, em numerus clausus, no art. 61 da Constituição do Brasil – matérias relativas ao funcionamento da administração pública, notadamente no que se refere a servidores e órgãos do Poder Executivo. Precedentes. [ADI 3.394, rel. min. Eros Grau, j. 2-4-2007, P, DJE de 15-8-2008.]

Diante disso, pela relevância da matéria, especialmente de caráter social, e sobretudo por ser medida preventiva de saúde pública, é que este parlamentar apresenta o presente projeto de Lei, solicitando o apoio dos nobres pares à aprovação.

Campo Grande (MS), 14 de Abril de 2020.

**JOÃO CÉSAR MATTOGROSSO  
Vereador (PSDB)**

## PROJETO DE LEI N. 9.739/20

**DISPÕE SOBRE A SUSPENSÃO  
DAS COBRANÇAS POR PARTE  
DAS CONCESSIONÁRIAS,  
DAS TARIFAS DE CONSUMO  
PELO PERÍODO DE CENTO E  
OITENTA DIAS NO MUNICÍPIO  
DE CAMPO GRANDE – MS.**

**A CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO GRANDE – MS,  
A P R O V A,**

Art. 1º As concessionárias de serviços públicos de telefonia, luz e água suspenderão as cobranças de tarifas de consumo pelo período de 180 (cento e oitenta) dias, no Município de Campo Grande – MS.

Art. 2º As tarifas que tiveram a sua cobrança suspensa por força do artigo 1º desta Lei serão cobradas no primeiro mês subsequente ao término do período de suspensão.

Parágrafo Único. As tarifas de consumo que tiveram a sua cobrança suspensa serão cobradas em 12 (doze) parcelas iguais e sucessivas a partir do primeiro mês subsequente ao término do período de suspensão.

Art. 3º O Poder Executivo regulamentará esta Lei no que couber.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 14 de abril de 2020.

**AYRTON ARAÚJO DO PT**  
Vereador

**JUSTIFICATIVA**

Em razão da Pandemia do COVID-19, a população foi orientada pelo Ministério da Saúde a permanecerem em suas residências, tais medidas acabam por gerar enormes prejuízos na economia mundial afetando não somente os Governos, mas a população como um todo.

Inclusive diversos comércios de Campo Grande, suspenderam seus funcionamentos, ou reduzindo seus horários, o que gerou

Deste modo, o presente Projeto de Lei visa resguardar o direito das concessionárias de serviços públicos, mas também assegurar ao cidadão Campo Grandense do Município de Campo Grande, o acesso aos serviços essenciais, uma vez que é previsto um longo período de recessão que, inclusive, poderá gerar demissões e cortes salariais, conforme notícias propagadas pelo Ministro da Economia.

Considerando também que a natureza das tarifas não são de ordem Tributária, considera-se pertinente a proposição, tendo em vista o cenário atual de Calamidade Pública.

É com essa finalidade que proponho o presente Projeto de Lei, contando com o apoio dos nobres pares no sentido de aprová-lo.

Sala das sessões, 14 de Abril de 2020.

**AYRTON ARAÚJO DO PT**  
Vereador

**DIRETORIA DE RECURSOS HUMANOS**  
**DECRETO N. 8.264**

**PROF. JOÃO ROCHA**, Presidente da Câmara Municipal de Campo Grande, Capital do Estado de Mato Grosso do Sul, no uso de suas atribuições legais,

**R E S O L V E:**

**NOMEAR** para os cargos em comissão os servidores abaixo relacionados, em vagas previstas na Resolução n. 1.244/2017, a partir de 1º de abril de 2020:

<b>NOME:</b>	<b>CARGO:</b>	
<b>SÍMBOLO:</b>		
BRENNON DE SOUZA QUINTINO	Assistente Parlamentar V	AP 110
RAMAO HERIBERTO LESCANO	Assistente Parlamentar VI	AP 111

Câmara Municipal de Campo Grande - MS, 15 de abril de 2020.

**PROF. JOÃO ROCHA**  
Presidente

**DECRETO N. 8.265**

**PROF. JOÃO ROCHA**, Presidente da Câmara Municipal de Campo Grande, Capital do Estado de Mato Grosso do Sul, no uso de suas atribuições legais,

**R E S O L V E:**

**EXONERAR** o servidor **ANDERSON ALVES DOS SANTOS**, ocupante do cargo em comissão de Assistente Parlamentar VI, Símbolo AP 111, a partir de 10 de abril de 2020.

Câmara Municipal de Campo Grande - MS, 15 de abril de 2020.

**PROF. JOÃO ROCHA**  
Presidente

**PORTARIA N. 4.680**

**PROF. JOÃO ROCHA**, Presidente da Câmara Municipal de Campo Grande, Capital do Estado de Mato Grosso do Sul, no uso de suas atribuições legais,

**R E S O L V E:**

**DESIGNAR** o servidor efetivo **WALDO NANTES DE OLIVEIRA LEAO**, do Quadro Permanente deste Legislativo Municipal, ocupante do cargo de Técnico Legislativo, para exercer Função de Assistência Intermediária, no percentual de 100% (cem por cento), em vaga prevista na Resolução n. 1.244/2017, de 27 de junho de 2017, a partir de 1º de abril de 2020.

Câmara Municipal de Campo Grande - MS, 14 de abril de 2020.

**PROF. JOÃO ROCHA**  
Presidente

**PODER EXECUTIVO****MENSAGEM N. 32, DE 15 DE ABRIL DE 2020.**

Senhor Vereador,

Em cumprimento às disposições previstas no § 2º do art. 165 da Constituição Federal, na Lei Complementar (nacional) n. 101, de 4 de maio de 2000, e no § 2º do art. 98 da Lei Orgânica do Município de Campo Grande, encaminhamos a essa Excelsa Câmara Municipal, para votação e aprovação, o Projeto de Lei n. 12, de 15 de abril de 2020, que "DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA DO MUNICÍPIO DE CAMPO GRANDE, PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2021, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS" – LDO 2020.

O Projeto de Lei da LDO 2020 dispõe sobre:

I – as disposições preliminares;

II – as diretrizes para a elaboração do orçamento da Administração Pública Municipal;

III – as metas e prioridades da Administração Pública Municipal;

IV – a execução orçamentária e o cumprimento das metas;

V – as disposições relativas às despesas do Município com pessoal e encargos sociais;

VI – as disposições sobre alterações na Legislação Tributária Municipal;

VII – o limite para a elaboração da proposta orçamentária do Poder Legislativo;

VIII – as disposições finais.

As metas e prioridades para a elaboração da LOA 2021 serão aquelas estabelecidas no PPA 2018-2021 e suas alterações, em consonância com os princípios norteadores estabelecidos no Art. 15 do projeto de Lei ora encaminhado, com o objetivo de apresentar as diretrizes das ações do Município nas suas diversas áreas de atuação.

No tocante à renúncia de receita, o Município de Campo Grande tem as isenções do IPTU, as concedidas pelo PRODES – Lei Complementar n. 29, de 1999, e a isenção do ISS no serviço de transporte público coletivo urbano.

As isenções do IPTU foram concedidas por essa Câmara Municipal em 1990, antes da vigência da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), e o total dessas isenções não é considerado na previsão das receitas dos orçamentos anuais. No entanto, as isenções recentemente concedidas para os aposentados, conforme Lei Complementar n. 113, de 02 de abril de 2008, não estão sendo consideradas para efeito da projeção de receita, sendo informados os respectivos valores.

Em relação ao PRODES, pelo fato de os incentivos serem concedidos para empreendimentos novos e empresas que estão expandindo as suas atividades, via projetos de ampliação, modernização e realocização, o total das isenções não foi incluído na estimativa das receitas, porque tais recursos nunca foram arrecadados.

Já a isenção de ISS concedida ao serviço de transporte público coletivo urbano reflete no benefício a empresas e aos munícipes que utilizam desse serviço, o qual deverá ser aprovado por essa Casa, para sua renovação, não afetando as metas fiscais do município, conforme disposto no inciso I, Art. 14 da Lei Complementar n. 101/2000.

Diante dessas razões, deixamos de apresentar as medidas de compensação previstas no inciso II do art. 14 da LRF, porque as referidas isenções não causam nenhum impacto orçamentário-financeiro, haja vista que tais valores jamais foram incluídos nas estimativas da receita dos exercícios anteriores.

Entretanto, à guisa de informação, destacamos que os valores das renúncias de receitas estão registrados no Demonstrativo 7 – Estimativa e Compensação da Renúncia da Receita.

Em referência ao critério de projeção utilizado nos demonstrativos anexos à LDO, informamos que trabalhamos com as projeções utilizadas pelo Governo Federal, associadas à série histórica de crescimento de cada rubrica da receita, assim como às novas perspectivas de operações de crédito a serem realizadas pelo Município.



Diante da situação atual em que estão sendo adotadas medidas de contenção a pandemia do Coronavírus (COVID-19), em que estão suspensos todos os eventos públicos e a consequente suspensão das atividades do Conselho Municipal de Desenvolvimento e Urbanização (CMDU), do qual fazem parte os Conselhos Regionais do Município, de acordo com o Decreto n. 14.189, de 15 de março de 2020, fica impossibilitado o atendimento dos dispositivos do Plano Diretor no que tange a apresentação do parecer por esse Colendo Conselho.

Informamos que após a suspensão dessas medidas de contenção ao COVID-19, estaremos enviando o parecer do CMDU com as devidas contribuições a fim de mantermos essa importante ferramenta de discussão e participação popular sobre os instrumentos de planejamento do Município.

Feitas essas considerações e contando com o espírito público de V.Exa.e dignos pares, solicitamos que o Projeto de Lei da LDO 2021, ora encaminhado, seja votado e aprovado até o encerramento do primeiro período das sessões legislativas do corrente exercício, para que possamos elaborar a proposta orçamentária para o exercício de 2021 dentro do prazo nele previsto.

Atenciosamente,

**Marcos Marcello Trad**  
**Prefeito Municipal**

## PROJETO DE LEI N. 9.740, DE 15 DE ABRIL DE 2020

### **DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA DO MUNICÍPIO DE CAMPO GRANDE, PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2021, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

Faço saber que a Câmara Municipal aprova e eu, **MARCOS MARCELLO TRAD**, Prefeito do Município de Campo Grande, Capital do Estado de Mato Grosso do Sul, sanciono a seguinte Lei:

#### **CAPÍTULO I**

##### **DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 1º Em cumprimento às disposições do § 2º, do art. 165, da Constituição Federal, da Lei Complementar (nacional) n. 101, de 4 de maio de 2000, e do § 2º, do art. 98, da Lei Orgânica do Município de Campo Grande, ficam estabelecidas as diretrizes para a elaboração da proposta orçamentária do Município para o exercício financeiro de 2021, compreendendo:

I - as diretrizes para a elaboração do orçamento da Administração Pública Municipal;

II - as metas e as prioridades da Administração Pública Municipal;

III - a execução orçamentária e o cumprimento das metas;

IV - as disposições relativas às despesas do Município com pessoal e encargos sociais;

V - as disposições sobre alterações na Legislação Tributária Municipal;

VI - o limite para a elaboração da proposta orçamentária do Poder Legislativo; e

VII - as disposições finais.

§ 1º O projeto de lei, dispondo sobre a proposta orçamentária de que trata este artigo, será encaminhado à Câmara Municipal até 30 de setembro de 2020.

§ 2º A revisão do PPA (2018 a 2021), se necessária, será encaminhada à Câmara Municipal até 30 de setembro de 2020.

§ 3º As políticas do Município adotarão uma gestão eficiente na aplicação dos recursos públicos, com ênfase no desenvolvimento social e econômico, amparado na sustentabilidade e no princípio de superação das desigualdades sociais, especialmente as de gênero e raça/etnia.

Art. 2º A receita e a despesa serão orçadas a preços correntes de 2020, considerando a realidade executada, a política econômica nacional vigente e os respectivos cenários do Município e do Estado.

Art. 3º Para a elaboração do projeto da Lei Orçamentária de 2021, o Poder Executivo buscará a participação popular ouvindo a sociedade civil organizada e, também, com consulta, via internet, no site da PMCG ([www.campogrande.ms.gov.br](http://www.campogrande.ms.gov.br)), no link orçamento comunitário. Em consonância com o Plano Diretor, sua consolidação dar-se-á por intermédio da participação dos Conselhos Regionais que compõem as sete regiões da cidade, dos distritos e, ainda, pelo Conselho Municipal de Desenvolvimento e Urbanização (CMDU) no que diz respeito aos investimentos e às ações necessárias aos municípios.

#### **CAPÍTULO II**

##### **DAS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DO ORÇAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL**

###### **Seção I**

###### **Das Orientações Gerais para a Elaboração dos Orçamentos**

Art. 4º Para elaboração do Orçamento Anual de 2021 entende-se por:

I - *programa*: instrumento de organização da ação governamental, visando à concretização dos objetivos pretendidos;

II - *atividade*: instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, que envolve um conjunto de operações que se realiza de modo contínuo e permanente, do qual resulte um produto necessário à manutenção da ação de Governo;

III - *projeto*: instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, que envolve um conjunto de operações, limitadas no tempo, do qual resulte um produto que concorra para a expansão ou o aperfeiçoamento da ação de Governo;

IV - *unidade orçamentária*: agrupamento de serviços subordinados ao mesmo órgão ou repartição a que serão consignadas dotações próprias.

§ 1º Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob forma de atividades ou projetos, especificando os respectivos valores, bem como as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação.

§ 2º A estrutura do orçamento, de que trata esta Lei, será identificada no Projeto da Lei Orçamentária por programas, atividades ou projetos.

§ 3º Cada atividade e projeto identificará a função e a subfunção às quais se vinculam.

Art. 5º O Projeto de Lei Orçamentária que o Poder Executivo encaminhará à Câmara Municipal será constituído de:

I - mensagem do Poder Executivo;

II - texto da lei;

III - orçamentos fiscais e da seguridade social, contendo a programação dos órgãos e entidades do Poder Executivo e Poder Legislativo, bem como de seus fundos, na forma de tabelas e anexos, previstos na Lei (nacional) n. 4.320, de 17 de março de 1964;

IV - quadro indicativo da legislação que instituiu os tributos municipais, norteadora da arrecadação da receita e, ainda, as que criaram os órgãos, entidades, fundos que integram a Administração Pública Municipal;

V - Quadro da Natureza da Despesa, anexo VI, da Lei (nacional) n. 4.320, de 1964, e o Quadro de Detalhamento da Despesa (QDD) nos quais constarão as especificações das respectivas programações, até o nível de modalidade de aplicação;

VI - tabelas explicativas, para fins de comparação, contendo: a receita arrecadada nos exercícios de 2018 e 2019, a prevista para 2020, e a despesa realizada nos exercícios de 2018 e 2019, bem como a fixada para 2020.

§1º A mensagem conterá, no mínimo:

I - resumo da política econômica e social do Município, de conformidade com os objetivos e as diretrizes estabelecidas nesta Lei e com as expectativas econômica nacional e estadual;

II - justificativas a respeito da previsão da receita dos orçamentos fiscal e da seguridade social;

III - demonstrativo da dívida fundada interna do Município, o cronograma de sua amortização e as despesas dos 3 (três) últimos exercícios

com o pagamento de juros e amortizações;

IV - demonstrativo da estimativa da despesa com pessoal e encargos sociais e previdenciários;

§ 2º Para fins de classificação, codificação e interpretação da despesa orçamentária, os Poderes Executivo e Legislativo do Município adotarão as normas contidas na Lei (nacional) n. 4.320, 17 de março de 1964, e suas alterações.

Art. 6º Em cada categoria de programação, o detalhamento da despesa nos níveis abaixo da modalidade de aplicação, será no nível de elemento de despesa, inclusive com suas respectivas fontes de recursos efetivadas, automaticamente, somente no sistema eletrônico do orçamento.

Parágrafo único. As alterações orçamentárias que implicarem em créditos adicionais suplementares, a partir do nível de modalidade de aplicação, serão realizadas pela Diretoria-Geral de Planejamento e Orçamento (DIPLAN) da Secretaria Municipal de Finanças e Planejamento (SEFIN) e cadastradas automaticamente no respectivo sistema.

Art. 7º A elaboração do projeto, a aprovação e a execução da lei orçamentária de 2020 deverão ser realizadas de modo a evidenciar a transparência da gestão fiscal, com observância do princípio da publicidade e permissão do amplo acesso da sociedade a todas as informações relativas a cada uma dessas etapas, de acordo com a legislação vigente.

Art. 8º Na programação da despesa serão observados, entre outros, os seguintes critérios:

I - não serão destinadas dotações sem que estejam definidas as respectivas fontes de recursos e instituídas as unidades orçamentárias;

II - a contabilidade deverá registrar os atos e fatos relativos à gestão orçamentária-financeira efetivamente ocorridos;

III - é vedada a inclusão de projetos com a mesma finalidade em mais de uma unidade orçamentária;

IV - não serão destinados recursos para atender despesas com:

a) pagamento, a qualquer título, para servidor municipal por serviços de consultoria, assistência técnica, ou quaisquer outros, contratados pelos órgãos e entidades do Poder Executivo ou Legislativo Municipal;

b) auxílios e subvenções para entidades e associações de qualquer gênero, exceção feita àquelas sem fins lucrativos, de atividades de natureza continuada, que sejam de atendimento direto ao público, de forma gratuita, nas áreas de assistência social, saúde, educação ou desporto.

§ 1º Fica o chefe do Poder Executivo autorizado a destinar recursos para atendimento às despesas com o pagamento do principal, juros e outros encargos da dívida fundada, precatórios e operações de crédito por antecipação da receita.

§ 2º Na programação das despesas de capital, serão observadas as diretrizes e os objetivos definidos no Plano Plurianual vigente (PPA 2018 a 2021).

## Seção II

### Das Diretrizes Específicas do Orçamento Fiscal

Art. 9º O Projeto da Lei Orçamentária destinará, no mínimo:

I - 25% (vinte e cinco por cento) da receita resultante dos impostos previstos no art. 156 e dos recursos de que tratam os arts. 158 e 159, inciso I, alínea "b" e § 3º, todos da Constituição Federal de 1988, na manutenção e desenvolvimento do ensino, observados os critérios estabelecidos pelas Emendas Constitucionais n. 14, de 12 de setembro de 1996, e n. 53, de 19 de dezembro de 2006, Lei (nacional) n. 11.494, de 20 de junho de 2007, bem como o Decreto (nacional) n. 6.253, de 13 de novembro de 2007, devendo constar anexo próprio, de forma que fique evidenciado o cumprimento desses dispositivos legais;

II - 1% (um por cento) da receita proveniente da arrecadação municipal destinado às ações de fomento, investimento e difusão da cultura, devendo constar anexo próprio, de forma que fique evidenciado o cumprimento deste dispositivo legal.

Parágrafo único. A proposta orçamentária apresentará quadros demonstrativos da Receita e Despesa que compõem o Orçamento Fiscal.

## Seção III

### Das Diretrizes Específicas do Orçamento da Seguridade Social

Art. 10. O orçamento da seguridade social compreenderá as dotações destinadas a atender as ações e serviços de saúde, previdência e assistência social, em atendimento ao disposto no art. 19, Capítulos IV e V, e Seção I, do Capítulo VI, todos do Título V, da Lei Orgânica do Município de Campo Grande LOM, bem como as disposições do art. 24 e seus parágrafos da Lei Complementar (nacional) n. 101, de 2000, e contará, entre outros, com recursos provenientes:

I - das contribuições sociais a que se refere à alínea "a", do artigo 19, da LOM;

II - das transferências de recursos do Município, sob a forma de contribuições;

III - das demais receitas diretamente arrecadadas pelos órgãos, fundos e entidades que integram, exclusivamente, este orçamento;

IV - de convênios ou transferências de recursos da União, do Estado ou da iniciativa privada.

Parágrafo único. A proposta orçamentária apresentará quadros demonstrativos da Receita e Despesa que compõem o Orçamento da Seguridade Social.

Art. 11. O Projeto da Lei Orçamentária destinará, no mínimo:

I - 15% (quinze por cento) do produto da arrecadação dos impostos a que se refere o art. 156 e dos recursos de que tratam os arts. 158 e 159, inciso I, alínea "b" e § 3º, todos da Constituição Federal de 1988, na forma da programação aprovada pelo Conselho Municipal de Saúde, devendo constar anexo próprio, de forma que fique evidenciado o cumprimento desses dispositivos legais;

## Seção IV

### Das Diretrizes Específicas do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social

Art. 12. O Projeto da Lei Orçamentária poderá conter dispositivo autorizando o Chefe do Executivo Municipal a:

I - abrir créditos suplementares até o limite nela especificado;

II - realizar operações de crédito por antecipação da receita, dentro das condições e limites estabelecidos por Resolução do Senado Federal, de modo que o montante não seja superior ao das despesas de capital constante do Projeto da Lei Orçamentária;

III - promover a concessão de auxílios e subvenções a entidades públicas e privadas, mediante termos de cooperação ou fomento previstos na Lei (nacional) n. 13.019, de 31 de julho de 2014, na forma estabelecida na alínea "b", inciso IV, do artigo 8º, desta Lei;

IV - celebrar convênios de mútua cooperação com órgãos e entidades federais, estaduais e outros municípios; e

V - abrir créditos especiais para atender às necessidades decorrentes de celebrações de convênios firmados com a União, ou com o Estado de Mato Grosso do Sul.

§ 1º O Decreto que abrir crédito suplementar ou especial indicará a importância, a unidade orçamentária e a classificação da despesa, até o nível de modalidade de aplicação;

§ 2º A abertura de créditos adicionais fica condicionada à existência dos recursos previstos no art. 43 da Lei (nacional) n. 4.320, de 1964.

Art. 13. A lei orçamentária conterá reserva de contingência em montante equivalente a, no mínimo, 0,1% (um décimo por cento) da receita corrente líquida, destinada ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, nos termos do inciso III, do art. 5º, da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

Art. 14. Além de observar as demais diretrizes estabelecidas nesta Lei, a alocação dos recursos na lei orçamentária e em seus créditos adicionais será feita de forma a propiciar o controle dos custos das ações e a avaliação dos resultados dos programas da Administração Pública Municipal.

## CAPÍTULO III

### DAS METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

#### Seção I

#### Das Diretrizes das Metas e Prioridades

Art. 15. As metas e prioridades do Município para o exercício de 2021, relativas às ações e serviços a serem prestados à comunidade, em cumprimento às disposições do Plano Plurianual, período de 2018-2021 (PPA 2018/2021), Lei n. 5.949, de 29 de dezembro de 2017, terão precedência na alocação de recursos na Lei Orçamentária de 2021, não se constituindo em limite a programação, tendo os seguintes princípios norteadores:

I - reduzir os índices de exclusão social, as desigualdades de gênero e raça/etnia, com ampliação do acesso aos benefícios urbanos, assistência à terceira idade, ofertando e mantendo espaços para ações culturais, esportivas e de lazer e ações de assistência social;

II - melhorar o acesso a saúde, fortalecendo as ações por meio das Clínicas da Família, dando maior resolubilidade na atenção primária, gerindo de forma eficiente os recursos da saúde, ampliando a oferta e a diversificação de especialidades;

III - ampliar e fortalecer a rede de tratamento de dependentes químicos, desenvolvendo programas de prevenção ao uso de drogas e a reabilitação de dependentes químicos, por meio de ações e serviços integrados realizados pelo Município em parceria com outros



entes:

IV – elevar os indicadores da educação, priorizando a implantação de escolas de tempo integral e EMEI's, utilizando-se de equipamentos, capacitações e ações integradas com outros órgãos, diminuindo o déficit de vagas do ensino infantil e a redução da evasão escolar primando pela segurança dos alunos nas escolas, finalizando as obras em andamento da área de educação;

V – desenvolver programa de formação, qualificação e requalificação profissional visando a elevação da escolaridade e a profissionalização de jovens e adultos, oportunizando sua inserção na sociedade e no trabalho;

VI – estimular a preservação ambiental por meio de ações e projetos que fomentem a educação ambiental, a fiscalização e a manutenção de áreas de proteção ambiental e urbana, o tratamento e o reaproveitamento dos resíduos sólidos, aumentando a coleta seletiva de lixo, a preservação e recuperação dos mananciais de águas correntes melhorando os Índices de Qualidade dos Mananciais (IQM);

VII – estabelecer políticas públicas que fortaleçam a ciência, tecnologia e inovação e, ainda, dinamizar as cadeias produtivas visando à ampliação dos postos de trabalho, dando prioridade à criação de uma política municipal de industrialização;

VIII – fortalecer políticas públicas com vistas a ampliar a produção agrícola e incentivo a piscicultura, como indutoras do desenvolvimento, melhorando as condições de trabalho e de qualidade de vida na área rural e urbana, ampliando a oferta de infraestrutura e a implantação do cinturão verde;

IX – melhorar o sistema de saneamento, drenagem e contenção de enchentes na área urbana; priorizar as ações de recapeamento da malha asfáltica; implantar o monitoramento e controle do trânsito, dando preferência ao transporte coletivo, mantendo e implantando ciclovias e ciclo faixas, observando a lei de acessibilidade;

X – fortalecer o Sistema Municipal de Planejamento através da integração entre os órgãos municipais, por meio de debates das políticas públicas com a sociedade e órgãos colegiados, primando pela transparência na gestão municipal e ações de combate à corrupção;

XI – modernizar a gestão, promovendo a eficiência, o controle e a transparência no gasto público, de forma responsável, trazendo efetividade às ações do município, atendendo aos anseios dos munícipes;

XII – apoiar, através de Políticas Públicas, as manifestações culturais com base no pluralismo e na diversidade de expressão; fortalecer a valorização da cultura como um importante vetor de desenvolvimento da cidade; priorizar a instituição de parcerias público-privadas para a realização de eventos culturais e esportivos em áreas públicas;

XIII – fortalecer os mecanismos de fiscalização na prestação de serviços públicos delegados;

XIV - implementar o Plano de Cargos e Remuneração - PCR do funcionalismo municipal;

XV – reduzir o déficit habitacional para famílias de baixa renda, priorizando as moradias em risco, às pessoas com deficiência ou família de que façam parte pessoas com deficiência, famílias com mulheres responsáveis pela unidade familiar, obedecendo aos critérios dos órgãos competentes;

XVI – priorizar a implantação de políticas públicas para mulheres, principalmente ações de enfrentamento da violência contra a mulher, fortalecer mecanismos de combate à violência doméstica e familiar contra a mulher e implementar ações que busquem a promoção da autonomia econômica e financeira das mulheres;

XVII – ampliar o acesso a atividades esportivas e culturais, com vistas à formação de novos talentos da população local, oferecer opções de atividades físicas nas diversas regiões da Capital, reduzindo os índices de obesidade e melhorando a qualidade de vida da população, utilizando os diversos equipamentos público/privados já existentes; e

XVIII – aumentar o patrulhamento preventivo por meio da guarda municipal, ampliando a abrangência do videomonitoramento em vias e prédios públicos, em parceria com as unidades da administração e outros parceiros.

Art. 16. O Município de Campo Grande dará prioridade absoluta ao combate à fome e à miséria, estabelecendo parceria com a sociedade civil, governos federal e estadual, e/ou organismos internacionais, por meio da destinação dos recursos relativos a programas de saúde e sociais.

#### CAPÍTULO IV

### DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E DO CUMPRIMENTO DAS METAS

Art. 17. É vedada a execução de despesa sem a suficiente dotação orçamentária.

Art. 18. Na execução do orçamento do exercício de 2021, serão observadas as vedações previstas no art. 167 da Constituição Federal, com exceção daquelas autorizadas por esta Lei.

Art. 19. As aquisições de materiais, serviços e obras serão processadas na forma das disposições previstas nas Leis (nacional) ns. 4.320, de 1964, e 8.666, de 21 de junho de 1993, na LOM e na presente Lei.

Art. 20. Somente serão realizadas despesas de capital, com recursos do Tesouro Municipal, após o atendimento das despesas com pessoal e encargos sociais e previdenciários, serviços da dívida e outras despesas de custeio administrativo e operacional, precatórios judiciais, bem como a contrapartida de convênios e de programas financiados e aprovados pela Câmara Municipal.

§ 1º Os investimentos em fase de execução terão preferência sobre novos projetos.

§ 2º Não poderão ser programados novos projetos:

I - à custa da anulação de projetos de investimentos em andamento, desde que tenham sido executados, pelo menos, 10% (dez por cento);

II - sem prévia comprovação de sua viabilidade técnica, econômica e financeira.

Art. 21. Para o atendimento da ressalva prevista no § 3º, do art. 16, da Lei Complementar (nacional) n. 101, de 2000, considera-se despesa irrelevante aquela cujo valor não ultrapasse os limites dos incisos I e II, do art. 24, da Lei (nacional) n. 8.666, de 1993, para obras e serviços de engenharia e outros serviços e compras.

Art. 22. O ato que criar ou aumentar despesa obrigatória de caráter continuado deverá atender às disposições estabelecidas no art. 17 da Lei Complementar (nacional) n. 101, de 2000.

Art. 23. Nenhum Projeto de Lei que envolva dispêndios, de qualquer natureza, poderá ser submetido à aprovação junto ao Plenário da Câmara, sem o parecer Econômico Financeiro, exarado pela Secretaria Municipal de Finanças e Planejamento – SEFIN, atestando sua conformidade e disponibilidade Orçamentária e Financeira, sendo nulo o ato que não cumprir esse procedimento.

#### Seção I

##### Do Cumprimento das Metas

Art. 24. Caso seja necessário a limitação de empenhos das dotações orçamentárias, e da movimentação financeira para atingir as metas fiscais previstas no Anexo desta Lei, os ajustes serão feitos proporcionalmente ao montante dos recursos alocados para o atendimento de despesas com materiais de consumo, serviços de terceiros e encargos, investimentos e inversões financeiras.

Art. 25. Após o encerramento de cada quadrimestre, o Poder Executivo encaminhará à Câmara Municipal, no prazo de 30 (trinta) dias, o relatório de avaliação do cumprimento das metas para o exercício, bem como das justificativas de eventuais desvios, com indicação de medidas corretivas, nos termos do § 4º, do art. 9º, da Lei Complementar (nacional) n. 101, de 2000.

Parágrafo único. A Comissão Permanente de Finanças e Orçamento, de que trata o § 1º, do art. 99 da Lei Orgânica do Município de Campo Grande, apreciará os relatórios mencionados no *caput* deste artigo e acompanhará a evolução dos resultados primários dos orçamentos fiscal e da seguridade social do Município, durante a execução orçamentária.

#### CAPÍTULO V

##### DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

Art. 26. As despesas com pessoal e encargos sociais serão fixadas com base nas disposições previstas na Constituição Federal, Lei Complementar (nacional) n. 101, de 2000, Lei (nacional) n. 9.717, de 27 de novembro de 1998, e a legislação municipal em vigor, observado o limite prudencial de 51% (cinquenta e um por cento) e o de 54% (cinquenta e quatro por cento) da receita corrente líquida para o Poder Executivo.

Art. 27. A instituição, a concessão e o aumento de qualquer vantagem pecuniária ou remuneração, bem como a criação de cargos ou adaptações na estrutura de carreiras e a admissão de pessoal, a qualquer título, pelos órgãos e entidades da administração direta ou indireta do Poder Executivo, inclusive fundações instituídas pelo Município e pelo Poder Legislativo, somente poderão ser levados a efeito, para o exercício de 2021, desde que atendidas às disposições

da Seção II do Capítulo IV, da Lei Complementar (nacional) n. 101, de 2000.

CAPÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA MUNICIPAL

Art. 28. Caso haja alterações na legislação tributária após 30 de junho de 2020, que implique acréscimo da previsão da receita constante do projeto de lei orçamentária, os recursos correspondentes poderão ser utilizados para abertura de créditos adicionais.

Art. 29. Os incentivos de que trata a Lei Complementar n. 29, de 25 de outubro de 1999, por serem concedidos em decorrência da instalação de empreendimentos novos, ou de ampliação daqueles já existentes, não serão considerados na previsão da receita do exercício de 2021.

Parágrafo único. A concessão ou ampliação de incentivo, ou benefício, de natureza tributária, da qual decorra renúncia de receita, deverá estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro, de acordo com as disposições da Seção II, do Capítulo III, da Lei Complementar (nacional) n. 101, de 2000.

CAPÍTULO VII

DO LIMITE PARA ELABORAÇÃO DA PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA DO PODER LEGISLATIVO

Art. 30. A Câmara Municipal elaborará a sua proposta orçamentária na forma das suas diretrizes e objetivos, observando que o total da despesa, incluídos os subsídios dos vereadores e excluídos os gastos com inativos, não poderá ultrapassar 4,5% (quatro inteiros e cinco décimos por cento) do somatório da receita tributária e das transferências previstas no § 5º do art. 153 e nos arts. 158 e 159 da Constituição Federal, efetivamente realizadas no exercício de 2020.

§ 1º O repasse mensal dos recursos da Câmara Municipal será feito na forma prevista no art. 101 da Lei Orgânica do Município (LOM).

§ 2º Para fins de integração ao orçamento geral do Município, a proposta orçamentária mencionada neste artigo será encaminhada ao Poder Executivo até 03 de agosto de 202

CAPÍTULO VIII

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 31. Caso o projeto da lei orçamentária não seja sanciona-

do pelo Prefeito até 31 de dezembro de 2020, a sua programação poderá ser executada, parcialmente, observado o limite mensal de 1/12 (um doze avos) do total de cada dotação, atualizada na forma prevista nesta Lei, até a sua aprovação pela Câmara Municipal.

Parágrafo único. Ocorrendo a hipótese prevista no *caput*, o Projeto da Lei Orçamentária será incluído na ordem do dia, sobrestando a sua deliberação quanto aos demais assuntos, para que se ultime a votação.

Art. 32. As unidades orçamentárias responsáveis pela execução dos créditos orçamentários e suplementos aprovados processarão o empenho da despesa, observados os limites fixados para cada categoria de programação e respectivos grupos de natureza da despesa, modalidades de aplicação e especificando o grupo da despesa.

Art. 33. O Poder Executivo Municipal disponibilizará no Portal da Transparência ([www.capital.ms.gov.br/transparencia](http://www.capital.ms.gov.br/transparencia)) informações sobre a execução orçamentária.

Art. 34. As entidades privadas beneficiadas com recursos públicos, a qualquer título, submeter-se-ão à fiscalização do Poder Concedente com a finalidade de verificar o cumprimento de metas e objetivos para os quais receberam os recursos.

Art. 35. O pagamento de precatórios judiciais será feito na forma das disposições do art. 100 da Constituição Federal de 1988 e do art. 78 do seu Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, com as redações dadas pela Emendas Constitucionais n. 62, de 9 de dezembro de 2009, e n. 94, de 15 de dezembro de 2016.

Art. 36. A preservação do patrimônio público deverá observar as normas legais previstas na Seção II, do Capítulo VIII, da Lei Complementar (nacional) n. 101, de 2000.

Art. 37. A escrituração, a consolidação e a prestação das contas anuais dos Poderes serão processadas e elaboradas com base nas normas vigentes de contabilidade pública, além de obedecer àquelas dispostas nas sessões II e V, do Capítulo IX, da Lei Complementar (nacional) n. 101, de 2000.

Art. 38. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Grande, 15 de abril de 2020.

MARCOS MARCELLO TRAD  
Prefeito Municipal de Campo Grande

ANEXOS

ANEXO ÚNICO AO PROJETO DE LEI n. 12/2020  
MUNICÍPIO DE CAMPO GRANDE - MS  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS  
METAS ANUAIS  
EXERCÍCIO DE 2021

AMF - Demonstrativo 1 (LRF, art. 4º, § 1º)												R\$ 1,00
ESPECIFICAÇÃO	2021				2022				2023			
	Valor	Valor	% PIB	% RCL	Valor	Valor	% PIB	% RCL	Valor	Valor	% PIB	% RCL
	Corrente	Constante	(a / PIB)	(a / RCL)	Corrente	Constante	(a / PIB)	(a / RCL)	Corrente	Constante	(a / PIB)	(a / RCL)
	(a)		x 100	x 100	(b)		x 100	x 100	(c)		x 100	x 100
Receita Total	4.333.259.490,79	4.116.596.516,25	13,60	111,77	4.509.063.785,35	4.069.430.066,27	13,48	110,59	4.733.586.075,10	4.058.458.361,14	13,47	107,43
Receitas Primárias (I)	4.154.907.227,69	3.947.161.866,30	13,04	107,17	4.358.335.836,46	3.933.398.092,41	13,03	106,89	4.658.032.943,89	3.993.680.995,26	13,26	105,72
Despesa Total	4.333.259.490,79	4.116.596.516,25	13,60	111,77	4.509.063.785,35	4.069.430.066,28	13,48	110,59	4.733.586.075,10	4.058.458.361,14	13,47	107,43
Despesas Primárias (II)	4.263.128.130,79	4.049.971.724,25	13,38	109,96	4.436.828.484,55	4.004.237.707,31	13,26	108,82	4.659.183.715,28	3.994.667.637,89	13,26	105,75
Resultado Primário (III) = (I – II)	(108.220.903,10)	(102.809.857,95)	(0,34)	(2,79)	(78.492.648,09)	(70.839.614,90)	(0,23)	(1,93)	(1.150.771,39)	(986.642,62)	(0,00)	(0,03)
Resultado Nominal	(52.999.391,76)	(50.349.422,17)	(0,17)	(1,37)	(30.117.638,30)	(27.181.168,56)	(0,09)	(0,74)	(36.735.416,73)	(31.496.027,92)	(0,10)	(0,83)
Dívida Pública Consolidada	639.255.590,53	607.292.811,00	2,01	16,49	689.373.228,83	622.159.339,02	2,06	16,91	746.108.645,56	639.694.899,99	2,12	16,93
Dívida Consolidada Líquida	569.255.590,53	540.792.811,00	1,79	14,68	599.373.228,83	540.934.339,02	1,79	14,70	636.108.645,56	545.383.649,99	1,81	14,44
Receitas Primárias advindas de PPP (IV)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesas Primárias geradas por PPP (V)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Impacto do saldo das PPP (VI) = (IV - V)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

FONTE: Sistema SICONT, Unidade Responsável: SEFIN.

**NOTA:** Para a apuração da Dívida Consolidada Líquida - DCL devem ser deduzidos - da Dívida Consolidada - o ativo disponível e os haveres financeiros líquidos das obrigações financeiras.

Por tratar-se de peças orçamentárias, os valores são estimados de acordo com índices anteriores e possíveis reflexos econômicos projetados.

Desta forma, para o preenchimento deste Demonstrativo, que é uma exigência da STN, consideramos os seguintes superávites financeiros: 2020 = R\$ 85.000.000,00; 2021 = R\$ 70.000.000,00; 2022 = R\$ 90.000.000,00; e 2023 = R\$ 110.000.000,00.

	2021	2022	2023
PIB CAMPO GRANDE/MS	31.862.814.275,95	33.455.715.712,67	35.140.827.253,01
RCL	3.876.826.890,79	4.077.287.039,35	4.406.046.555,61

ANEXO ÚNICO AO PROJETO DE LEI n. 12/2020  
MUNICÍPIO DE CAMPO GRANDE - MS  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS  
AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR  
EXERCÍCIO DE 2021

AMF - Demonstrativo 2 (LRF, art. 4º, §2º, inciso I)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	Metas Previstas em 2019 (a)	% PIB	% RCL	Metas Realizadas em 2019 (b)	% PIB	% RCL	Variação	
							Valor ( c ) = (b-a)	% (c/a) x 100
Receita Total	4.008.320.000,00	13,95	114,76	3.756.803.218,70	13,07	107,56	(251.516.781,30)	(6,27)
Receitas Primárias (I)	3.821.267.000,00	13,30	109,40	3.649.026.473,87	12,70	104,47	(172.240.526,13)	(4,51)
Despesa Total	4.008.320.000,00	13,95	114,76	3.912.423.950,78	13,62	112,01	(95.896.049,22)	(2,39)
Despesas Primárias (II)	3.935.465.000,00	13,70	112,67	3.833.157.913,04	13,34	109,74	(102.307.086,96)	(2,60)
Resultado Primário (III) = (I-II)	(114.198.000,00)	(0,40)	(3,27)	(184.131.439,17)	(0,64)	(5,27)	(69.933.439,17)	61,24
Resultado Nominal	44.429.117,57	0,15	1,27	(63.658.474,40)	(0,22)	(1,82)	(108.087.591,97)	(243,28)
Dívida Pública Consolidada	522.209.309,77	1,82	14,95	574.265.710,38	2,00	16,44	52.056.400,61	9,97
Dívida Consolidada Líquida	437.209.309,77	1,52	12,52	135.431.076,96	0,47	3,88	(301.778.232,81)	(69,02)

FONTE: Sistema SICONT, Unidade Responsável: SEFIN.

NOTA: O Resultado Nominal está negativo porque do cálculo da receita são excluídas as receitas financeiras, operações de crédito, alienação de bens e amortização de empréstimos. Por outro lado, as despesas realizadas com tais receitas integram o total das despesas.

ANEXO ÚNICO AO PROJETO DE LEI n. 12/2020  
MUNICÍPIO DE CAMPO GRANDE - MS  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS  
METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES  
EXERCÍCIO DE 2021

AMF - Demonstrativo 3 (LRF, art.4º, §2º, inciso II)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CORRENTES										
	2018	2019	%	2020	%	2021	%	2022	%	2023	%
Receita Total	3.360.218.526,45	3.756.803.218,70	11,80	4.303.005.317,00	14,54	4.333.259.490,79	0,70	4.509.063.785,35	4,06	4.733.586.075,10	4,98
Receitas Primária (I)	3.298.103.558,01	3.649.026.473,87	10,64	4.031.902.029,00	10,49	4.154.907.227,69	3,05	4.358.335.836,46	4,90	4.658.032.943,89	6,88
Despesa Total	3.473.218.545,40	3.912.423.950,78	12,65	4.303.005.317,00	9,98	4.333.259.490,79	0,70	4.509.063.785,35	4,06	4.733.586.075,10	4,98
Despesas Primárias (II)	3.419.821.067,80	3.833.157.913,04	12,09	4.235.571.317,00	10,50	4.263.128.130,79	0,65	4.436.828.484,55	4,07	4.659.183.715,28	5,01
Resultado Primário (III) = (I – II)	(121.717.509,79)	(184.131.439,17)	51,28	(203.669.288,00)	10,61	(108.220.903,10)	(46,86)	(78.492.648,09)	(27,47)	(1.150.771,39)	(98,53)
Resultado Nominal	(112.201.539,35)	(63.658.474,40)	(43,26)	(380.825.121,81)	498,23	(52.999.391,76)	(86,08)	(30.117.638,30)	(43,17)	(36.735.416,73)	21,97
Dívida Pública Consolidada	499.721.827,53	574.265.710,38	14,92	601.256.198,77	4,70	639.255.590,53	6,32	689.373.228,83	7,84	746.108.645,56	8,23
Dívida Consolidada Líquida	71.772.602,56	135.431.076,96	88,69	516.256.198,77	281,19	569.255.590,53	10,27	599.373.228,83	5,29	636.108.645,56	6,13

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CONSTANTES										
	2018	2019	%	2020	%	2021	%	2022	%	2023	%
Receita Total	3.636.483.092,88	3.918.721.437,43	7,76	4.303.005.317,00	9,81	4.116.596.516,25	(4,33)	4.069.430.066,27	(1,15)	4.058.458.361,14	(0,27)
Receitas Primária (I)	3.569.261.264,66	3.806.299.514,89	6,64	4.031.902.029,00	5,93	3.947.161.866,30	(2,10)	3.933.398.092,41	(0,35)	3.993.680.995,26	1,53
Despesa Total	3.758.773.549,63	4.081.049.423,06	8,57	4.303.005.317,00	5,44	4.116.596.516,25	(4,33)	4.069.430.066,28	(1,15)	4.058.458.361,14	(0,27)
Despesas Primárias (II)	3.700.985.931,67	3.998.367.019,09	8,04	4.235.571.317,00	5,93	4.049.971.724,25	(4,38)	4.004.237.707,31	(1,13)	3.994.667.637,89	(0,24)
Resultado Primário (III) = (I – II)	(131.724.667,00)	(192.067.504,20)	45,81	(203.669.288,00)	6,04	(102.809.857,95)	(49,52)	(70.839.614,90)	(31,10)	(986.642,62)	(98,61)
Resultado Nominal	(121.426.329,16)	(66.402.154,65)	(45,31)	(380.825.121,81)	473,51	(50.349.422,17)	(86,78)	(27.181.168,56)	(46,01)	(31.496.027,92)	15,87
Dívida Pública Consolidada	540.807.082,23	599.016.562,50	10,76	601.256.198,77	0,37	607.292.811,00	1,00	622.159.339,02	2,45	639.694.899,99	2,82
Dívida Consolidada Líquida	77.673.476,80	141.268.156,38	81,87	516.256.198,77	265,44	540.792.811,00	4,75	540.934.339,02	0,03	545.383.649,99	0,82

FONTE: Sistema SICONT, Unidade Responsável: SEFIN.

**NOTA:** Para a apuração da Dívida Consolidada Líquida - DCL devem ser deduzidos - da Dívida Consolidada - o ativo disponível e os haveres financeiros líquidos das obrigações financeiras.

Por tratar-se de peças orçamentárias, os valores são estimados de acordo com índices anteriores e possíveis reflexos econômicos projetados.

Desta forma, para o preenchimento deste Demonstrativo, que é uma exigência da STN, consideramos os seguintes superávites financeiros: 2020 = R\$ 85.000.000,00; 2021 = R\$ 70.000.000,00; 2022 = R\$ 90.000.000,00; e 2023 = R\$ 110.000.000,00.



**ANEXO ÚNICO AO PROJETO DE LEI n. 12/2020**  
**MUNICÍPIO DE CAMPO GRANDE - MS**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**  
**ANEXO DE METAS FISCAIS**  
**EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**  
**EXERCÍCIO DE 2021**

AMF - Demonstrativo 4 (LRF, art.4º, §2º, inciso III)

R\$ 1,00

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2019	%	2018	%	2017	%
Patrimônio/Capital	3.685.141.359,33	100,00	3.326.228.031,32	100,00	(1.809.270.175,56)	100,00
Reservas	-	-	-	-	-	-
Resultado Acumulado	-	-	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>3.685.141.359,33</b>	<b>100,00</b>	<b>(1.830.441.928,86)</b>	<b>100,00</b>	<b>(1.809.270.175,56)</b>	<b>100,00</b>

REGIME PREVIDENCIÁRIO						
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2019	%	2018	%	2017	%
Patrimônio/Capital	(6.343.921.620,17)	100,00	(5.615.318.701,53)	100,00	(5.125.302.438,81)	100,00
Reservas	-	-	-	-	-	-
Lucros ou Prejuízos Acumulados	-	-	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>(6.343.921.620,17)</b>	<b>100,00</b>	<b>(5.615.318.701,53)</b>	<b>100,00</b>	<b>(5.125.302.438,81)</b>	<b>100,00</b>

FONTE: Sistema SICONT, Unidade Responsável: SEFIN.

NOTA: O Patrimônio Líquido está negativo, nos exercícios de 2017 a 2019, em razão das provisões para a previdência social.

**ANEXO ÚNICO AO PROJETO DE LEI n. 12/2020**  
**MUNICÍPIO DE CAMPO GRANDE - MS**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**  
**ANEXO DE METAS FISCAIS**  
**ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS**  
**EXERCÍCIO DE 2021**

AMF - Demonstrativo 5 (LRF, art.4º, §2º, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS REALIZADAS	2019 (a)	2018 (b)	2017 (c)
<b>RECEITAS DE CAPITAL - ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)</b>	<b>1.073.377,02</b>	<b>625.812,47</b>	<b>511.912,43</b>
Alienação de Bens Móveis	-	-	-
Alienação de Bens Imóveis	1.071.247,56	625.812,47	511.912,43
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-
Rendimentos de Aplicações Financeiras	2.129,46	-	-

DESPESAS EXECUTADAS	2018 (d)	2017 (e)	2016 (f)
<b>APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)</b>	<b>-</b>	<b>1.567.532,94</b>	<b>-</b>
DESPESAS DE CAPITAL	-	1.567.532,94	-
Investimentos	-	-	-
Inversões Financeiras	-	1.567.532,94	-
Amortização da Dívida	-	-	-
DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	-	-	-
Regime Geral de Previdência Social	-	-	-
Regime Próprio de Previdência dos Servidores	-	-	-

SALDO FINANCEIRO	2018 (g) = (Ia - IId) + (IIIh)	2017 (h) = (Ib - ILe) + (IIIi)	2016 (i) = (Ic - IIf)
<b>VALOR (III)</b>	<b>1.158.044,37</b>	<b>84.667,35</b>	<b>1.026.387,82</b>

FONTE: Sistema SICONT, Unidade Responsável: SEFIN.

**ANEXO ÚNICO AO PROJETO DE LEI n. 12/2020**  
**MUNICÍPIO DE CAMPO GRANDE - MS**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**  
**ANEXO DE METAS FISCAIS**  
**AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO RPPS**  
**EXERCÍCIO DE 2021**

AMF - Demonstrativo 6 (LRF, art.4º, §2º, inciso IV, alínea "a")

R\$ 1,00

RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIOS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES			
PLANO PREVIDENCIÁRIO			
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	2017	2018	2019
<b>RECEITAS CORRENTES (I)</b>	<b>220.212.784,80</b>	<b>230.561.122,05</b>	<b>278.521.783,73</b>
Receita de Contribuições dos Segurados	93.509.732,29	102.815.528,24	115.974.866,85
Civil	93.509.732,29	102.815.528,24	115.974.866,85
Ativo	84.454.905,87	92.374.779,77	103.241.625,93
Inativo	8.593.935,70	9.921.740,00	12.145.163,32
Pensionista	460.890,72	519.008,47	588.077,60
Militar	-	-	-
Ativo	-	-	-
Inativo	-	-	-
Pensionista	-	-	-
Receita de Contribuições Patronais	115.210.840,98	117.410.926,22	150.645.903,45
Civil	115.210.840,98	117.410.926,22	150.645.903,45
Ativo	115.210.840,98	117.410.926,22	150.645.903,45
Inativo	-	-	-
Pensionista	-	-	-
Militar	-	-	-

Ativo	-	-	-
Inativo	-	-	-
Pensionista	-	-	-
Receita Patrimonial	(250.039,63)	481.210,00	74,21
Receitas Imobiliárias	-	9.819,43	-
Receitas de Valores Mobiliários	(250.039,63)	(15.258,97)	74,21
Outras Receitas Patrimoniais	-	486.649,54	-
Receita de Serviços	-	-	-
Outras Receitas Correntes	10.676.132,70	9.355.961,02	11.464.013,29
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	-	-	-
Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS (II)¹	10.676.132,70	9.355.961,02	11.464.013,29
Demais Receitas Correntes	1.066.118,46	497.496,57	436.925,93
<b>RECEITAS DE CAPITAL (III)</b>	-	-	-
Alienação de Bens, Direitos e Ativos			
Amortização de Empréstimos			
Outras Receitas de Capital			
<b>TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS - (IV) = (I + III - II)</b>	<b>209.536.652,10</b>	<b>221.205.161,03</b>	<b>267.057.770,44</b>

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	2017	2018	2019
<b>ADMINISTRAÇÃO (V)</b>	<b>3.018.186,18</b>	<b>4.431.454,50</b>	<b>5.100.239,58</b>
Despesas Correntes	3.011.686,18	4.425.547,45	5.008.520,17
Despesas de Capital	6.500,00	5.907,05	91.719,41
<b>PREVIDÊNCIA (VI)</b>	<b>332.935.248,51</b>	<b>356.503.984,09</b>	<b>421.648.879,85</b>
Benefícios - Civil	332.919.548,62	356.500.494,72	421.633.108,65
Aposentadorias	269.489.562,18	290.058.060,37	357.368.181,13
Pensões	25.835.460,33	25.884.296,93	30.118.653,26
Outros Benefícios Previdenciários	37.594.526,11	40.558.137,42	34.146.274,26
Benefícios - Militar	-	-	-
Reformas	-	-	-
Pensões	-	-	-
Outros Benefícios Previdenciários	-	-	-
Outras Despesas Previdenciárias	15.699,89	3.489,37	15.771,20
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS	-	-	-
Demais Despesas Previdenciárias	15.699,89	3.489,37	15.771,20
<b>TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS (VII) = (V + VI)</b>	<b>335.953.434,69</b>	<b>360.935.438,59</b>	<b>426.749.119,43</b>

<b>RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VIII) = (IV - VII)²</b>	<b>(126.416.782,59)</b>	<b>(139.730.277,56)</b>	<b>(159.691.348,99)</b>
--	-------------------------	-------------------------	-------------------------

RECURSOS RPPS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	2017	2018	2019
VALOR	-	-	-

RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	2017	2018	2019
VALOR	5.000.000,00	5.000.000,00	-

APORTES DE RECURSOS PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS	2017	2018	2019
Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar	-	-	-
Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores Predefinidos	-	9.355.961,02	11.464.013,29
Outros Aportes para o RPPS	-	-	-
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	131.660.504,63	152.232.371,24	145.198.709,04

BENS E DIREITOS DO RPPS	2017	2018	2019
Caixa e Equivalentes de Caixa	-	-	-
Investimentos e Aplicações	16.760.528,07	3.747,33	1.159.278,51
Outro Bens e Direitos	-	9.960.483,39	9.365.025,00

<b>PLANO FINANCEIRO</b>			
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	2017	2018	2019
<b>RECEITAS CORRENTES (IX)</b>	-	-	-
Receita de Contribuições dos Segurados	-	-	-
Civil	-	-	-
Ativo			
Inativo			
Pensionista			
Militar	-	-	-
Ativo			
Inativo			
Pensionista			
Receita de Contribuições Patronais	-	-	-
Civil	-	-	-
Ativo			
Inativo			
Pensionista			
Militar	-	-	-
Ativo			
Inativo			
Pensionista			
Receita Patrimonial	-	-	-
Receitas Imobiliárias			
Receitas de Valores Mobiliários			
Outras Receitas Patrimoniais			
Receita de Serviços			
Outras Receitas Correntes	-	-	-
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS			
Demais Receitas Correntes			
<b>RECEITAS DE CAPITAL (X)</b>	-	-	-
Alienação de Bens, Direitos e Ativos			
Amortização de Empréstimos			
Outras Receitas de Capital			
<b>TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS (XI) = (IX + X)</b>	-	-	-

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	2017	2018	2019
<b>ADMINISTRAÇÃO (XII)</b>	-	-	-
Despesas Correntes			
Despesas de Capital			
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	2017	2018	2019
<b>PREVIDÊNCIA (XIII)</b>	-	-	-
Benefícios - Civil	-	-	-

Aposentadorias			
Pensões			
Outros Benefícios Previdenciários			
Benefícios - Militar	-	-	-
Reformas			
Pensões			
Outros Benefícios Previdenciários			
Outras Despesas Previdenciárias	-	-	-
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS			
Demais Despesas Previdenciárias			
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS (XIV)=(XII + XIII)	-	-	-
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (XV) = (XI - XIV)	-	-	-
APORTES DE RECURSOS PARA O PLANO FINANCEIRO DO RPPS	2017	2018	2019
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	-	-	-
Recursos para Formação de Reserva	-	-	-

ANEXO ÚNICO AO PROJETO DE LEI n. 12/2020  
MUNICÍPIO DE CAMPO GRANDE - MS  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS  
AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO RPPS  
EXERCÍCIO DE 2021

AMF - Demonstrativo 6 (LRF, art.4º, §2º, inciso IV, alínea "a")

CONTINUAÇÃO

R\$ 1,00

PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES				
PLANO PREVIDENCIÁRIO				
EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c) = (a - b)	SALDO PATRIMONIAL DO EXERCÍCIO (d) = (d Exercício Anterior) + (c)
2018	-	-	-	23.638.906,38
2019	229.060.750,78	410.897.307,62	(181.836.556,84)	-
2020	216.248.406,49	432.001.304,57	(215.752.898,08)	-
2021	225.439.854,46	443.380.693,62	(217.940.839,16)	-
2022	224.470.442,30	456.852.474,77	(232.382.032,47)	-
2023	223.675.114,47	469.454.459,45	(245.779.344,98)	-
2024	221.082.380,56	489.976.393,45	(268.894.012,89)	-
2025	217.125.239,19	518.704.406,66	(301.579.167,47)	-
2026	213.632.335,28	538.455.654,82	(324.823.319,54)	-
2027	209.995.670,86	558.350.879,70	(348.355.208,84)	-
2028	208.423.904,48	575.782.740,66	(367.358.836,18)	-
2029	203.064.531,30	601.795.112,23	(398.730.580,93)	-
2030	197.292.319,45	624.101.708,12	(426.809.388,67)	-
2031	191.363.544,26	645.106.557,87	(453.743.013,61)	-
2032	183.606.088,32	670.027.297,04	(486.421.208,72)	-
2033	178.517.306,67	680.182.278,26	(501.664.971,59)	-
2034	171.924.821,47	694.485.851,02	(522.561.029,55)	-
2035	165.557.382,18	704.913.558,20	(539.356.176,02)	-
2036	159.238.864,49	713.431.737,26	(554.192.872,77)	-
2037	152.387.199,36	722.317.855,56	(569.930.656,20)	-
2038	145.523.074,57	728.590.720,17	(583.067.645,60)	-
2039	138.133.313,02	735.569.447,50	(597.436.134,48)	-
2040	130.236.461,56	743.083.451,64	(612.846.990,08)	-
2041	121.179.892,75	754.541.540,79	(633.361.648,04)	-
2042	112.152.760,78	762.858.455,43	(650.705.694,65)	-
2043	104.254.958,25	764.276.895,39	(660.021.937,14)	-
2044	97.538.448,26	758.972.134,87	(661.433.686,61)	-
2045	90.534.922,65	753.855.430,47	(663.320.507,82)	-
2046	81.826.844,51	755.232.807,21	(673.405.962,70)	-
2047	74.460.331,04	748.868.224,70	(674.407.893,66)	-
2048	69.300.692,32	731.612.157,87	(662.311.465,55)	-
2049	64.678.749,69	711.463.097,17	(646.784.347,48)	-
2050	60.500.254,36	689.062.759,94	(628.562.505,58)	-
2051	56.315.686,51	666.571.994,42	(610.256.307,91)	-
2052	52.244.400,94	643.477.708,71	(591.233.307,77)	-
2053	49.196.547,99	615.965.420,24	(566.768.872,25)	-
2054	46.275.869,17	588.013.115,10	(541.737.245,93)	-
2055	43.312.090,14	560.529.898,26	(517.217.808,12)	-
2056	40.643.222,26	532.238.046,72	(491.594.824,46)	-
2057	37.995.010,45	504.299.061,82	(466.304.051,37)	-
2058	35.427.911,48	476.583.487,30	(441.155.575,82)	-
2059	32.968.021,42	449.078.757,35	(416.110.735,93)	-
2060	30.594.058,85	421.942.809,16	(391.348.750,31)	-
2061	28.294.237,77	395.295.225,38	(367.000.987,61)	-
2062	26.074.543,07	369.189.951,16	(343.115.408,09)	-
2063	23.940.302,33	343.682.260,21	(319.741.957,88)	-
2064	21.896.189,44	318.827.368,81	(296.931.179,37)	-
2065	19.946.008,30	294.679.585,77	(274.733.577,47)	-
2066	18.093.014,69	271.294.604,45	(253.201.589,76)	-
2067	16.339.690,60	248.725.592,61	(232.385.902,01)	-
2068	14.687.724,86	227.023.589,94	(212.335.865,08)	-
2069	13.138.046,57	206.236.748,36	(193.098.701,79)	-
2070	11.690.752,39	186.408.639,85	(174.717.887,46)	-
2071	10.345.313,67	167.579.462,93	(157.234.149,26)	-
2072	9.100.693,37	149.785.153,10	(140.684.459,73)	-
2073	7.955.385,94	133.056.594,33	(125.101.208,39)	-
2074	6.907.334,68	117.418.337,52	(110.511.002,84)	-



2075	5.953.781,43	102.885.694,82	(96.931.913,39)	-
2076	5.091.457,90	89.465.277,29	(84.373.819,39)	-
2077	4.316.753,05	77.155.995,52	(72.839.242,47)	-
2078	3.625.864,86	65.950.048,05	(62.324.183,19)	-
2079	3.014.771,35	55.832.264,63	(52.817.493,28)	-
2080	2.479.157,25	46.779.101,74	(44.299.944,49)	-
2081	2.014.440,10	38.758.017,65	(36.743.577,55)	-
2082	1.615.738,75	31.727.466,96	(30.111.728,21)	-
2083	1.277.817,44	25.636.181,23	(24.358.363,79)	-
2084	995.297,05	20.425.319,20	(19.430.022,15)	-
2085	762.589,90	16.028.768,88	(15.266.178,98)	-
2086	573.922,12	12.373.301,40	(11.799.379,28)	-
2087	423.594,33	9.381.991,72	(8.958.397,39)	-
2088	306.022,11	6.975.751,14	(6.669.729,03)	-
2089	215.907,29	5.076.139,66	(4.860.232,37)	-
2090	148.348,33	3.606.725,50	(3.458.377,17)	-
2091	98.968,89	2.495.891,28	(2.396.922,39)	-
2092	63.877,87	1.676.914,44	(1.613.036,57)	-
2093	39.696,78	1.089.008,15	(1.049.311,37)	-

FONTE: Instituto Municipal de Previdência de Campo Grande - IMPCG.

NOTA:

Projeção atuarial elaborada em 31/12/2018 e oficialmente enviada para o Ministério da Previdência Social – MPS.

**ANEXO ÚNICO AO PROJETO DE LEI n. 12/2020**  
**MUNICÍPIO DE CAMPO GRANDE - MS**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**  
**ANEXO DE METAS FISCAIS**  
**ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA**  
**EXERCÍCIO DE 2021**

AMF - Demonstrativo 7 (LRF, art.4º, §2º, inciso V)

R\$ 1,00

TRIBUTO	MODALIDADE	SETORES/ PROGRAMAS/ BENEFICIÁRIO	RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA			COMPENSAÇÃO
			2021	2022	2023	
IPTU	ISENÇÃO	COMÉRCIO	88.785,63	95.888,48	103.559,56	OS VALORES DAS RENÚNCIAS DO PRODES (COMÉRCIO, INDÚSTRIA E SERVIÇOS), REFEREM-SE A NOVOS EMPREENDIMENTOS. COMO TAIS RECURSOS NUNCA FORAM ARRECADADOS, DEIXAMOS DE APRESENTAR MEDIDAS DE COMPENSAÇÃO PREVISTA NO INCISO II, DO ART. 14, DA LC n. 101/2000.
ISSQN	ISENÇÃO		16.950,02	18.306,02	19.770,50	
IPTU	ISENÇÃO	INDÚSTRIA	434.064,36	468.789,50	506.292,66	
ISSQN	ISENÇÃO		2.240.258,31	2.419.478,97	2.613.037,29	
IPTU	ISENÇÃO	SERVIÇO	150.666,45	162.719,76	175.737,34	
ISSQN	ISENÇÃO		379.820,53	410.206,18	443.022,67	
IPTU	ISENÇÃO	PROGRAMAS SOCIAIS	21.384.000,00	23.094.720,00	24.942.297,60	AS ISENÇÕES DO IPTU PARA OS PROGRAMAS SOCIAIS FORAM CONCEDIDAS EM 1990, PORTANTO ANTES DA LRF. COMO TAIS VALORES NÃO SÃO CONSIDERADOS NA PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA DESDE AQUELE ANO, TAMBÉM DEIXAMOS DE APRESENTAR MEDIDAS DE COMPENSAÇÃO.
ISS	ISENÇÃO	TRANSPORTE PÚBLICO COLETIVO URBANO	5.614.740,81	-	-	A RENÚNCIA DO ISS RELATIVO AO SETOR DO TRANSPORTE PÚBLICO COLETIVO URBANO SERÁ CONSIDERADA NA ESTIMATIVA DA RECEITA NÃO AFETANDO AS METAS FISCAIS PREVISTAS, CONFORME DISPOSTO NO ART. 14, INCISO I, DA LC 101/2000.
<b>TOTAL</b>			<b>30.309.286,10</b>	<b>26.670.108,92</b>	<b>28.803.717,64</b>	-

FONTE: Sistema SICONT, Unidade Responsável: SEFIN.

**ANEXO ÚNICO AO PROJETO DE LEI n. 12/2020**  
**MUNICÍPIO DE CAMPO GRANDE - MS**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**  
**ANEXO DE METAS FISCAIS**  
**MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO**  
**EXERCÍCIO DE 2021**

AMF - Demonstrativo 8 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)

R\$ 1,00

EVENTO	Valor Previsto em 2021
Aumento Permanente da Receita	389.993.354,17
(-) Transferências constitucionais	-
(-) Transferências ao FUNDEB	-
Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)	389.993.354,17
Redução Permanente de Despesa (II)	81.898.604,38
Margem Bruta (III) = (I + II)	471.891.958,55
Saldo Utilizado da Margem Bruta (IV)	290.213.554,51
Novas DOCC	290.213.554,51
Novas DOCC geradas por PPP	
Margem Líquida de Expansão de DOCC (V) = (III - IV)	181.678.404,04

FONTE: Sistema SICONT, Unidade Responsável: SEFIN.

**NOTA:** NA HIPÓTESE DO SURGIMENTO DE DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO NO DECURSO DO EXERCÍCIO ECONÔMICO-FINANCEIRO, SERÃO OBSERVADOS OS PROCEDIMENTOS ESTABELECIDOS PELA LEI COMPLEMENTAR n. 101/2000, PRINCIPALMENTE NO QUE DIZ RESPEITO AOS ARTS. 16 E 17.